

MESTRADO INTEGRADO

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Estratégias Disciplinares utilizadas pelos cuidadores em Acolhimento Residencial: Perspetiva das Crianças

Ana Sofia Soares Gonçalves Carvalho

M

2018



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**ESTRATÉGIAS DISCIPLINARES UTILIZADAS PELOS CUIDADORES EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: PERSPETIVA DAS CRIANÇAS**

Ana Sofia Soares Gonçalves Carvalho

Outubro de 2018

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora
Maria Barbosa-Ducharne (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

O presente estudo insere-se num projeto mais alargado designado EQAR: Estudo da Qualidade do Acolhimento Residencial, em desenvolvimento pelo Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), [sob direção e orientação da Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne]. Este projeto de investigação foi aprovado pela Comissão de Ética da FPCEUP e no seu âmbito foram assinados Protocolos de Colaboração entre a FPCEUP e as diferentes entidades tutelares envolvidas (Instituto de Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], Instituto de Segurança Social da Madeira [ISS-RAM], Direção Geral de Segurança Social do Governo dos Açores, Casa Pia de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), bem como com as Confederações de Instituições de Acolhimento Residencial (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social [CNIS] e União das Misericórdias Portuguesas [UMP], e com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens [CNPCJ]).

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Maria Adelina Barbosa-Ducharne, por ter permitido a conclusão desta etapa, acreditando em mim até ao último seguro. Literalmente.

Ao meu pequeno gang, que me trouxe até aqui. Não há nada que nos tire aquilo que levamos destes anos e a certeza de que fizemos a diferença. Obrigada por todas as viagens, os abraços, os lenços, as gargalhadas infinitas, acima de tudo a certeza de que 24h não chegam para nós. Tina, Jonas, Mary, Ritinha, Nono, vocês são a minha melhor memória.

À Joana Soares, por toda a ajuda e apoio. Podia ter ido embora sem te conhecer, mas não seria a mesma coisa.

À família que criei durante estes anos, obrigada por me permitirem olhar para trás e ver que tive os melhores anos da minha vida. Obrigada por estarem sempre lá! “No fundo” levo-vos para a minha vida toda, “a menos que” não queiram.

Obrigada, a todos os “Pequenos” Heróis desta história, foi um privilégio conhecer-vos e aprender com vocês.

Resumo

Em Portugal, em 2016, 89% das 8.175 crianças em acolhimento encontravam-se em Acolhimento Residencial (AR) generalista. O AR é projetado para proporcionar um ambiente seguro que permita à criança superar as experiências traumáticas anteriores à sua colocação, fornecendo as condições apropriadas ao seu desenvolvimento e respondendo às suas necessidades físicas, psicológicas, emocionais e sociais, no exercício dos seus Direitos. As crianças que se encontram em AR são um grupo especialmente vulnerável e a qualidade da intervenção dos cuidadores, nomeadamente o recurso que é feito a estratégias disciplinares ou de controle do comportamento, é essencial ao seu bem-estar e pleno desenvolvimento. O objetivo principal do presente estudo é identificar e avaliar a adequação das estratégias disciplinares usadas pelos cuidadores em AR, a partir do relato das crianças e jovens acolhidos. Neste estudo participaram 304 crianças/jovens, integradas em 40 Casas de Acolhimento (CA).

Os resultados mostram que na maioria das CA são aplicadas estratégias disciplinares que violam os direitos da criança, configurando situações de maltrato, tais como a privação de contacto com a família, de alimento ou de liberdade, o desempenho de tarefas desadequadas à idade, insultos e ameaças. Em algumas CA foi possível observar a aplicação de estratégias disciplinares positivas como retirada de privilégios ou o time-out temporário e regulado.

Estes resultados destacam a necessidade de implementação de formação específica para os cuidadores em AR, em estratégias de controle de comportamento da criança, positivas e respeitadoras da sua dignidade e Direitos.

Palavras-chave: Acolhimento residencial, casas de acolhimento, Direitos das Crianças, crianças/jovens, Estratégias Disciplinares, Cuidadores, Maus tratos

Abstract

In Portugal, in 2016, 89% of the 8.175 children that were living in care, were placed in a Residential Care (RC) setting. RC is designed to promote a safe environment that allows the child to overcome traumatic experiences prior to the placement by providing the appropriate conditions for their development and responding to their physical, psychological, emotional and social needs in the exercise of their Rights. Children in RC are a particularly vulnerable group and the quality of the caregiver intervention, including the resource to disciplinary or behavioral strategies, is essential to their well-being and global development. The main objective of the present study is to identify and evaluate the adequacy of the disciplinary strategies used by caregivers in RC, based on the children and youth's reports. In this study, 304 children/youth participated (who were living in 40 RC centres).

The results showed that in most RC centres the disciplinary strategies applied violate the children's rights, configuring situations of maltreatment, such as deprivation of contact with the family, food or freedom, inappropriate task assignment according to the age of children, insults and threats. In some RC centres it was possible to observe the use of positive disciplinary strategies such as withdrawal of privileges or the temporary and regulated time-out.

These results highlight the need to implement specific training for caregivers in RC, so they can learn how to use positive strategies to control the child's behavior and, therefore, respect their dignity and Rights.

Keywords: Residential Care; Children's Rights; Children/Youth; Disciplinary Strategies; Caregivers; Maltreatment

Abreviaturas

AR – Acolhimento Residencial

ARQUA-P – Sistema de Avaliação Compreensiva do Acolhimento Residencial Português

CA – Casa de Acolhimento

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens

CE – Consequências Educativas

EQUAR – Standards de Qualidade do Acolhimento Residencial

QT – Qualidade Total

ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

1. Introdução

A família é o primeiro contexto de socialização da criança, essencial ao seu crescimento e desenvolvimento, a quem cabe a responsabilidade de prestação de cuidados básicos, de proteção e afeto (Calheiros, 2015; Cruz, 2005). Quando a família não cumpre os seus deveres, a Constituição da República Portuguesa delega à sociedade e ao Estado o dever de proteção das crianças e jovens de modo a garantir o seu desenvolvimento integral, concedendo um direito especial à sua proteção (Costa & Cruz, 2012; Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP] na redação dada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro da Lei 147/99, de 1 de setembro).

De acordo com a LPCJP em vigor (artigo 3.º, n.º1), a legitimidade da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e jovem tem lugar quando o desenvolvimento da criança está em perigo (comprometendo a sua segurança, saúde, formação e educação), sendo os pais, ou os seus substitutos legais, os responsáveis por essa situação. Ainda no que diz respeito à lei atual, considera-se que a criança ou jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: (1) está abandonada ou vive entregue a si própria; (2) sofre maus tratos físicos/psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; (3) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; (4) está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; (5) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; (6) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; (7) assume comportamentos ou entrega-se a atividades e/ou consumos que afetem gravemente o seu desenvolvimento integral (8) é uma criança estrangeira sem autorização de residência em Portugal (artigo 3.º, n.º2, LPCJP).

Destas situações de perigo que se encontram na origem da abertura dos processos de promoção e proteção às crianças em situação de acolhimento, de acordo com o último Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens – Relatório CASA 2016 –, 72% das situações representam diferentes formas de negligência, seguido dos maus-tratos psicológicos (8.5%) e maus-tratos físicos (3.4%).

Destacam-se também, na categoria outros, os comportamentos de risco (15.6%) e a prática de comportamentos desviantes (10.2%) que, embora com menor peso, representam uma grande preocupação (Instituto da Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], 2017).

Como forma de dar resposta a estas situações, o Estado Português pode adotar dois tipos de medidas de promoção e proteção: 1) medidas em meio natural de vida e 2) medidas de colocação (artigo 35.º, n.º2, LPCJP). O Acolhimento Residencial (AR) é uma medida de colocação extrafamiliar e que deve caracterizar-se por um ambiente o mais familiar possível (Del Valle, Bravo, Martínez, & Santos, 2012; Holmes, Connolly, Mortimer, & Hevesi, 2018), dispor de instalações e equipamentos permanentes, bem como de uma equipa técnica, cujo objetivo é garantir os cuidados adequados às necessidades das crianças/jovens. Assim, o AR atua como uma medida de promoção e proteção dos direitos das crianças/jovens ao proporcionar condições que permitem a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Neste sentido, o AR tem o papel de assegurar as condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, afetivas, relacionais e sociais das crianças/jovens em acolhimento, permitindo o efetivo exercício dos seus direitos (artigo 49.º, LPCJP).

Segundo o já citado Relatório CASA 2016, o AR representa ainda a maior parte das respostas de promoção e proteção das crianças/jovens (ISS, IP 2017), apesar de se considerar que esta medida deve ser utilizada apenas como último recurso (Holmes et al., 2018) uma vez que pode afetar negativamente o desenvolvimento das crianças/jovens (van IJzendoorn et al., 2011; Woodhouse, Miah, & Rutter, 2018). Este relatório revela que 8.175 crianças/jovens se encontram em situação de acolhimento, das quais 89% em AR generalista e notifica de uma maioria de crianças/jovens do sexo masculino representam a maioria da população acolhida (51.9%), com uma crescente prevalência no sistema de acolhimento de jovens, especialmente com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos. Tendo em conta as características particulares presentes nas crianças/jovens acolhidos, salientam-se os problemas de comportamento que dizem respeito a 1.885 crianças/jovens, sendo que esta problemática prevalece nos jovens com idades entre os 12 e os 17 anos (ISS, IP 2017).

Estes números elevados revelam a urgência de uma intervenção diferenciada por parte das casas de acolhimento (CA), que deve ter por base modelos de intervenção terapêuticos ajustados às necessidades de cada criança/jovem acolhido (Anglin, 2004; Bravo & Del Valle, 2001; Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2013), bem como

a avaliação das CA para assegurar a capacidade de estas responderem efetivamente às necessidades destes jovens.

O AR deve assumir, assim, um papel de responsabilidade ao nível dos cuidados básicos, desenvolvimento psicológico e educacional. De acordo com o artigo 58.º da lei 142/2015 LPCJP, a criança/jovem acolhido é sujeito de direitos e os mesmos devem ser salvaguardados em contexto de acolhimento. Os direitos da criança/jovem, que devem ser parte integrante dos próprios regulamentos internos das CA, passam por: manter contatos regulares e, em condições de privacidade, com familiares ou outras pessoas com quem estabeleçam relações afetivas, salvo restrições impostas pelo Tribunal ou pela Comissão de Proteção; receber uma educação que garanta o seu desenvolvimento global, envolvendo formação escolar ou profissional, cuidados de saúde e a participação normalizada em atividades lúdicas, desportivas e culturais; ter direito à privacidade no uso de espaços e de autonomia adequados ao seu nível de desenvolvimento; ser ouvido e participar ativamente, em função da sua maturidade e capacidade de compreensão, em todos os assuntos e decisões que lhe dizem respeito, desde a definição e reformulação do seu projeto de vida, à própria gestão da CA; não ser transferida de casa de acolhimento salvo se essa decisão corresponder ao seu superior interesse; à inviolabilidade da correspondência; receber dinheiro de bolso; contactar confidencialmente a Comissão de Proteção, o Ministério Público, o Juiz e o seu advogado; ser acolhida o mais perto possível do seu contexto familiar e social de origem (exceto se o seu superior interesse não o aconselhar) e não ser separada de outros irmãos acolhidos (artigo 58.º, n.º 1 e n.º2, LPCJP).

O AR tem como objetivo garantir uma intervenção que potencie a recuperação a nível físico e psicológico das crianças/jovens face às experiências de adversidade a que foram expostas, e que conduziram à sua retirada, oferecendo, para tal, um ambiente protetor e emocionalmente estável, através de práticas terapêuticas e individualizadas capazes de promover o desenvolvimento de cada um (Anglin, 2002, 2004; Carvalho, 2013; Holmes et al., 2018).

Neste sentido, toda a intervenção em contexto de AR deve ter como base o conceito de qualidade (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2014; Rodrigues et al., 2013; O'Neill, 2008; Silva & Gaspar, 2014). A qualidade é um construto complexo que envolve diferentes dimensões e que se define pela capacidade das CA ajustarem os seus serviços às reais necessidades das crianças/jovens (Rodrigues et al., 2014).

Tendo em conta a elevada percentagem de crianças/jovens que manifestam problemas emocionais e de comportamento neste contexto (ISS, IP 2017), torna-se importante estudar as estratégias disciplinares utilizadas pelos cuidadores em AR, os quais assumem um papel preponderante na regulação destes comportamentos (Sousa & Cruz, 2016). Deste modo, partindo do conceito de qualidade, é essencial que os cuidadores possuam estratégias para compreender os comportamentos desadequados manifestados pelas crianças/jovens neste contexto, através de uma leitura sensível dos mesmos que refletem percursos de trauma, confusão e perda vividos anteriormente, facilitando, assim, a superação dessa dor (Anglin, 2002; Mota & Matos, 2015; Vulliamy & Sullivan, 2000). Neste sentido, torna-se importante investir num processo de recrutamento e seleção rigoroso e formação contínua com o objetivo de garantir a adequabilidade do perfil e de práticas dos cuidadores nestes contextos (White et al., 2015).

Segundo os *standards* de Qualidade do Acolhimento Residencial (Del Valle et al., 2012), é importante que as estratégias disciplinares em AR se constituam como práticas adequadas e consistentes inseridas no modelo educativo/terapêutico, devendo basear-se no elogio e reforço positivo dos comportamentos adequados. Perante comportamentos inadequados das crianças/jovens em AR, os cuidadores devem utilizar estratégias disciplinares construtivas, proporcionais ao comportamento e previamente estabelecidas com a participação das crianças/jovens. Assim sendo, é importante que a aplicação das estratégias siga os mesmos critérios e orientações, sendo o mais homogênea possível entre todos os cuidadores, no sentido de contribuir para o desenvolvimento social e pessoal, responsabilidade e autocontrolo das crianças/jovens (Leandro, Alvarez, Cordeiro, & Carvalho, 2006). De facto, um estudo realizado por Calheiros e Patrício (2014) concluiu que as crianças/jovens percecionavam as regras da casa de acolhimento em que viviam como sendo inconsistentes. Por outro lado, vários estudos têm revelado que as estratégias educativas adotadas pelos cuidadores em contexto de AR, nem sempre respondem e respeitam os direitos das crianças/jovens (Colton, 2002; Levy & Reuven, 2017; Uliando & Mellor, 2012), o que reforça a importância de estudar as estratégias disciplinares utilizadas em AR.

A literatura acerca de estratégias disciplinares neste contexto é escassa, constituindo-se o presente estudo como um contributo inovador neste sentido. Surgem, assim, os objetivos do presente estudo, nomeadamente: 1) identificar as estratégias que são usadas para controle de comportamentos pelos cuidadores das CA, a partir do relato

das crianças/jovens acolhidos; 2) identificar a avaliação que as crianças fazem da adequação das estratégias usadas pelos cuidadores das CA para controlo dos seus comportamentos; 3) classificar, à luz dos direitos da criança, a adequação das estratégias disciplinares usadas nas CA; 4) explorar as relações entre variáveis sociodemográficas (idade, sexo, tempo de acolhimento, motivos de acolhimento) das crianças/jovens acolhidos e avaliação que as mesmas fazem das estratégias disciplinares usadas nas CA; 5) explorar as relações existentes entre a avaliação feita pelas crianças/jovens das estratégias disciplinares usadas e, características das CA, nomeadamente a dimensão e tipologia; 6) caracterizar as CA quanto à adequação das estratégias disciplinares utilizadas; 7) comparar as avaliações das crianças/jovens quanto às estratégias disciplinares utilizadas e qualidade do AR e as respetivas avaliações dos observadores.

2. Método

2.1. Participantes

Crianças/Jovens: No presente estudo participaram 304 crianças/jovens em AR, 151 do sexo feminino (49.7%) e 153 do sexo masculino (50.3%), com idades compreendidas entre os 6 e os 22 anos ($M = 14.20$, $DP = 3.37$), sem diferenças significativas de idade em função do sexo, $t(302) = 0.86$, *ns*. Sessenta e quatro crianças tinham idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos e 240 entre os 12 e os 22 anos.

No momento da recolha de dados as crianças encontravam-se acolhidas, em média, há cerca de três anos e três meses ($M = 39.12$ meses, $DP = 39.89$, Min. = 1, Máx. = 199 [16.5 anos]). Destas crianças, 89 (29.3%) encontravam-se acolhidas em casas mistas, enquanto as restantes encontravam-se a viver em contextos segregados em função do género (37.2% [$n = 113$] feminino e 33.6% [$n = 102$] masculino). No que diz respeito à dimensão da CA, 72 (23.7%) crianças estavam acolhidas em casas de dimensão pequena (≤ 12 crianças), 83 (27.3%) em casas médias (entre 13 e 24 crianças) e as restantes 149 (49.0%) crianças/jovens encontravam-se a residir em casas de grande dimensão (≥ 25 crianças).

Casas de acolhimento (CA). O presente estudo decorreu em 40 CA, sendo que no que diz respeito à dimensão por lotação, 15 (37.5%) são pequenas (≤ 12 crianças), 12 (30.0%) médias (entre 13 e 24 crianças) e 13 (32.5%) são de grande dimensão (≥ 25 crianças). Em relação à tipologia, a amostra é composta por 14 (35.0%) CA mistas, sendo

as restantes segregadas em função do género, das quais 13 (32.5%) são femininas e 13 (32.5%) são masculinas.

2.2. Instrumento e Medidas

ARQUA-P: Sistema de Avaliação Compreensiva da Qualidade do Acolhimento Residencial Português (Rodrigues, Barbosa-Ducharne, & Del Valle, 2015). É um sistema de avaliação constituído por um conjunto de instrumentos, que avaliam a qualidade do funcionamento e organização das CA, tendo por base uma perspetiva ecológica (Bronfenbrenner, 2001). O sistema ARQUA-P conta com 20 dimensões que têm correspondência direta com os *standards* internacionais de qualidade do AR (Del Valle et al., 2012). Dentro dos instrumentos que compõem o ARQUA-P, no presente estudo foi utilizado o Pedido de Informação Prévia (PIP), a Entrevista a Crianças e Jovens e a Avaliação da Qualidade realizada pelos observadores.

Pedido de Informação Prévia (PIP). Decorre da primeira etapa do processo de avaliação das CA, constituindo-se como um documento que integra várias informações relativas às CA (e.g., dimensão por lotação e tipologia) e os dados sociodemográficos das crianças/jovens acolhidos (e.g., sexo, idade e tempo de acolhimento na casa atual).

Entrevista para Crianças e Jovens. Consiste numa entrevista semiestruturada, que avalia a perceção das crianças relativamente à qualidade do AR, através de itens respondidos numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = *nada* a 5 = *muito*), assim como de resposta aberta, convertidos em 12 dimensões. No presente estudo, foi utilizada a dimensão das Consequências Educativas (CE), a qual foi utilizada para avaliar as estratégias disciplinares dos cuidadores, e a Qualidade Total (QT).

Avaliação de Qualidade. No seguimento da visita de avaliação da CA, a equipe de observadores reúne-se e procede à avaliação do funcionamento da CA, segundo 20 dimensões de qualidade, por acordo inter-observador. Neste estudo apenas serão consideradas a dimensão CE e a QT, segundo a avaliação dos observadores.

2.3. Procedimentos

Seleção da amostra. O presente estudo inclui 40 CA que fazem parte da amostra do projeto EQAR, correspondendo a 44.4% da amostra total. O critério de seleção das crianças participantes, no projeto EQAR, envolveu a exigência de permanência em acolhimento na CA há pelo menos um mês.

Recolha de dados. Num primeiro momento foi solicitada a participação das CA, sendo apresentado por *email* a explicação do projeto e o procedimento envolvido, onde foram asseguradas as questões éticas de confidencialidade e solicitado o consentimento informado à participação. Ainda antes do momento da visita, procedeu-se à recolha de informação, através do preenchimento do PIP, também este remetido via *email* para as CA. A visita de avaliação foi realizada por uma equipa de cinco investigadores, devidamente formados no sistema ARQUA-P. A confidencialidade foi assegurada durante toda a recolha de dados, inclusive durante as entrevistas com as crianças e cuidadores através da existência de um código de correspondência. A participação das crianças foi totalmente voluntária. As entrevistas foram realizadas individualmente num local apropriado e confortável que garantisse a confidencialidade e privacidade dos dados recolhidos. Num último momento, sempre que solicitado pela CA foi enviado um relatório, elaborado pela equipa de investigadores com a devolução dos resultados e sugestões de melhoria, como retribuição pela sua participação e numa perspetiva de responsabilidade social da investigação.

Análise de dados. Este estudo empregou uma metodologia mista de análise de dados. Para a análise qualitativa dos dados recorreu-se ao programa de análise qualitativa NVivo, a fim de organizar as repostas das crianças/jovens à questão “Quais os Castigos (habitualmente aplicados)?” (CE1.1Castigos) e explorar categorias. Foram criadas categorias a partir do conteúdo das respostas. Tendo por base os Direitos das Crianças/Jovens Acolhidos, a idade das crianças/jovens, a intensidade e a duração do castigo, foi determinado, por meio de acordo interobservador, em que medida as CA utilizam estratégias disciplinares que violam ou não os direitos das crianças/jovens. As categorias finais foram transformadas em variáveis e usadas na análise quantitativa.

Quantitativamente, os dados recolhidos foram tratados e analisados com recurso ao programa estatístico IBM SPSS *Statistics* versão 24.0 para *Windows* (IBM Corp. Released, 2015). Num primeiro momento, os dados foram explorados quanto à existência de *outliers* e a distribuição normal das variáveis foi testada. Uma vez que todas as variáveis em estudo apresentaram distribuição normal (verificação através dos critérios de assimetria e curtose –Kline, 2011) foram utilizados testes paramétricos. A estatística univariada foi utilizada para descrever as variáveis em estudo. Em termos de estatística bivariada, as correlações entre variáveis foram exploradas através do coeficiente *r* de *Pearson*, e interpretadas com recurso às orientações de Cohen (1988). As associações entre variáveis nominais foram exploradas através do qui-quadrado. As diferenças de

médias foram estudadas com recurso ao teste *t* para amostras independentes, bem como amostras emparelhadas, e à ANOVA uni-fatorial, usando como teste *post-hoc* o teste *GT2 de Hochberg*, quando as variâncias eram homogêneas, pois é o teste mais adequado quando os grupos têm dimensões muito diferentes, e o teste *Games-Howell*, quando a homogeneidade das variâncias não foi observada.

3. Resultados

3.1. Estudo Qualitativo: Categorias de Consequências Educativas – Perspetiva das Crianças/Jovens

O estudo qualitativo relativo às CE permitiu identificar 13 categorias, com base nas respostas das crianças/jovens acerca dos castigos recebidos. A Tabela 1 apresenta a descrição dessas categorias, bem como alguns exemplos caracterizadores das mesmas. Das 13 categorias identificadas foi possível concluir que nove delas violam os direitos das crianças, em termos de duração e da intensidade com que são aplicadas e da idade das crianças em questão - Punição física, maltrato verbal, privação alimentar, privação social, privação dos contactos familiares, isolamento e privação da liberdade, retirada total de dinheiro do bolso, apropriação de bens pessoais e sobrecarga exagerada de tarefas -, enquanto apenas quatro respeitam esses direitos.

Dentro das consequências educativas violadoras dos direitos das crianças/jovens, duas delas dizem respeito a situações de maus-tratos (exercidos pelos cuidadores sobre as crianças): punição física, que incluía, de acordo com as crianças/jovens, agressões para consigo ou com outros colegas, e maltrato verbal, resultante de situações de humilhação, insultos e/ou ameaças. Foram também identificadas categorias (quatro) relacionadas com privações: privação a nível alimentar, incluindo a retirada parcial ou total da refeição; a nível dos contactos sociais, incidindo na retirada de saídas livres, saídas com os amigos, e sem a possibilidade de receber visitas; e privação de contactos familiares (das mais mencionadas pelas crianças/jovens), consistindo na proibição de idas a casa durante o fim-de-semana ou nas férias, proibição de contactar com a família e ainda a impossibilidade de receber visitas das famílias. Outra das CE mencionadas pelas crianças/jovens foi categorizada como isolamento das crianças/jovens, privando-as de liberdade. Estas CE passam por separar as crianças/jovens do resto do grupo, desde a realização das refeições sozinhas, a ficarem no quarto durante o dia ou fechadas em partes

da casa, impedidas de realizar atividades de lazer e qualquer tipo de convívio no interior da casa. Adicionalmente, surgiram duas categorias que integram num tipo de maltrato denominado de efeitos primordiais, que inclui a retirada total de dinheiro de bolso e a apropriação de bens pessoais, incluindo a retirada de objetos pessoais, a retirada daquilo que as crianças/jovens referem como sendo o que mais gostam e a retirada de telemóvel. A sobrecarga exagerada de tarefas foi a nona categoria identificada, enquanto consequência educativa que priva os direitos fundamentais das crianças/jovens.

Por fim, foi possível identificar um número muito reduzido de CA que aplicam CE que se regem por princípios educativos, não violando os direitos das crianças, são elas, o *time out*, retirada de privilégios, acréscimo de tarefas e retirada de atividades extracurriculares (quatro categorias). Estas categorias incluíram as CE que não violam os direitos das crianças, e que são consideradas ajustadas à idade e às necessidades das crianças/jovens, mantendo-se com uma duração adequada e com um fim educativo, e não se revelando prejudiciais para as crianças/jovens.

Inserir Tabela 1

3.2. Respeito pelos Direitos das Crianças/Jovens na Aplicação das CE:

Associação com Características das CA

Considerando a categorização anteriormente apresentada, foi possível observar que, entre as 40 CA da amostra, 33 (82.5%) aplicam CE que violam os direitos das crianças/jovens acolhidos, e que, pelo contrário, sete (17.5%) aplicam CE que respeitam os direitos das crianças/jovens. Foi ainda possível observar que, dentro das 33 CA que violam os direitos das crianças/jovens acolhidos: sete apresentam como CE a “Punição Física”; oito o “Maltrato verbal”; 17 utilizam a “Retirada total do dinheiro de bolso”; 25 utilizam a “Privação dos contatos familiares”; 23 a “Privação dos Contatos Sociais”, oito CA utilizam como CE o “Isolamento/Privação da liberdade”; 12 CA têm como CE a “Privação Alimentar”; nove o “Aumento excessivo de tarefas”; e 26 a “Apropriação de Bens Pessoais”.

Os resultados revelaram uma associação estatisticamente significativa entre o respeito pelos direitos das crianças na aplicação de CE por parte dos cuidadores e a tipologia da CA, $\chi^2(2) = 6.02$; $p = .049$, $V = 0.39$, demonstrando que nas CA segregadas por género, quer masculinas quer femininas, a probabilidade de violar os direitos é maior

do que seria esperado devido ao acaso. Pelo contrário, nas CA de tipologia mista há uma maior tendência para os cuidadores aplicarem CE que não violam os direitos das crianças. Em relação à dimensão por lotação foram também encontradas associações significativas, $\chi^2(2) = 8.72$, $p = .013$, $V = 0.47$, revelando uma tendência para que se utilizem mais CE que violam os direitos das crianças nas casas de grande e média dimensão, e CE que respeitam os direitos das crianças em casas de pequena dimensão.

3.3. Adequação das CE usadas pelos Cuidadores: Avaliação Segundo a Perspetiva das Crianças/Jovens

A avaliação das crianças/jovens quanto à adequação das CE usadas pelos cuidadores para controlo dos seus comportamentos foi estudada por meio da análise da dimensão CE do ARQUA-P ($M = 3.81$, $DP = 0.89$, Min. = 1, Máx. = 5). Não se observaram diferenças estatisticamente significativas nesta avaliação, em função do sexo da criança/jovem, $t(302) = -0.83$, *ns*. De forma semelhante, não se observaram correlações estatisticamente significativas entre a avaliação das CE e a idade da criança/jovem ($r = -.09$, *ns*) ou o tempo em acolhimento ($r = -.04$, *ns*). Analisou-se ainda a existência de diferenças entre crianças (6 aos 11 anos) e jovens (>11 anos) na avaliação das CE, tendo sido encontrado um resultado marginalmente significativo, $t(302) = 1.84$, $p = .066$, IC a 95% [-0.02, 0.48]. Os jovens ($M = 3.76$, $DP = 0.91$) fazem uma avaliação menos positiva do que as crianças ($M = 3.99$, $DP = 0.80$).

No que diz respeito às diferenças na avaliação das crianças/jovens nas CE em função das características das CA, verificou-se que a avaliação das CE não difere significativamente em função da tipologia da casa, $F(2, 343) = 0.40$, *ns*. No que diz respeito à dimensão por lotação verificaram-se diferenças estatisticamente significativas, ainda que com baixa dimensão de efeito, na avaliação das crianças/jovens das CE, $F(2, 343) = 3.51$, $p = .031$, $\eta_p^2 = .02$. As crianças acolhidas em casas pequenas ($M = 3.88$, $DP = 0.91$) apresentaram uma avaliação mais positiva da adequação das CE, do que as crianças de CA grandes ($M = 3.70$, $DP = 0.94$) e do que as crianças de CA médias ($M = 3.50$, $DP = 0.95$). As diferenças estatisticamente significativas observaram-se entre as crianças de CA pequenas e crianças de CA médias, $p = .026$, IC a 95% [0.03, 0.70].

Por fim, é importante referir que a avaliação das crianças/jovens quanto à adequação das CE aplicadas pelos cuidadores se correlacionou significativa e

positivamente com a sua própria avaliação da QT da CA ($r = .77, p < .001$), bem como com a avaliação dos observadores relativamente à QT da CA ($r = .49, p = .001$).

3.4. Comparação da Avaliação das CE por Crianças/Jovens e Observadores

Os resultados indicaram ainda que existem diferenças de médias estatisticamente significativas entre as crianças/jovens e os observadores sobre a percepção da adequação das CE, $t(39) = 8.70, p < .001, d = 1.49$, IC a 95% [0.80, 1.28], sendo que as crianças ($M = 3.85, DP = 0.49$) avaliaram significativamente mais positivamente do que os observadores ($M = 2.81, DP = 0.86$). No entanto, a correlação entre ambas as avaliações é também estatisticamente significativa e positiva ($r = .49, p = .002$).

4. Discussão

Considerando o número crescente de jovens em AR, bem como as suas problemáticas (ISS, IP 2017), torna-se importante estudar as estratégias disciplinares utilizadas pelos cuidadores em AR, os quais assumem um papel preponderante na regulação destes comportamentos. Neste sentido, os objetivos centrais deste estudo foram: identificar as estratégias disciplinares usadas pelos cuidadores em AR, a partir do relato das crianças/jovens acolhidos; classificá-las à luz dos direitos da criança; analisar a relação existente entre as estratégias educativas e algumas variáveis sociodemográficas e contextuais; e comparar a avaliação das crianças/jovens e a dos observadores quanto às estratégias disciplinares utilizadas. De seguida, os resultados irão ser discutidos seguindo a mesma ordem em que foram apresentados anteriormente.

Em primeiro lugar, a partir da análise qualitativa das estratégias educativas, com base nas respostas das crianças/jovens, foi possível concluir que a maioria viola os direitos das crianças, em termos de duração e de intensidade, sendo que dizem respeito a maus-tratos exercidos pelos cuidadores (punição física e maltrato verbal); privações (alimentar, contactos sociais e familiares, de liberdade); maltrato de efeitos primordiais (retirada total de dinheiro de bolso, apropriação de bens pessoais e a retirada do telemóvel); e a sobrecarga exagerada de tarefas. Neste sentido, foi possível concluir que apenas uma percentagem muito reduzida de CA (17.5%) se regem por princípios educativos que não violam os direitos das crianças/jovens e que são consideradas ajustadas às suas idades e necessidades. Estes resultados corroboram um estudo realizado

por Calheiros e Patrício (2014) que concluiu que as crianças/jovens percecionam as regras da casa de acolhimento onde vivem como sendo inconsistentes. Por outro lado, vários estudos têm demonstrado que nem sempre o AR se rege por práticas educativas que respeitam os direitos das crianças/jovens (Uliando & Mellor, 2012). A literatura tem revelado que a utilização de estratégias educativas negativas e desajustadas se revelam prejudiciais ao desenvolvimento e bem-estar das crianças/jovens, pelo ambiente de insegurança que criam e pela falta de confiança nos cuidadores que geram, quebrando ou impedido o estabelecimento destas mesmas relações (Levy & Reuven, 2017). Segundo Del Valle e colaboradores (2012), os cuidadores deverão adotar estratégias disciplinares construtivas, com um fim pedagógico, proporcionais ao comportamento e previamente estabelecidas com a participação das crianças/jovens.

Considerando as variáveis contextuais, que dizem respeito às características das CA, foi possível concluir que existe uma tendência para que nas CA segregadas por género, bem como nas casas de grande e de média dimensão, se utilizem estratégias educativas que violam os direitos das crianças. Paralelamente, as diferenças na avaliação das crianças/jovens relativamente à dimensão CE do ARQUA-P em função destas características das CA seguiram o mesmo sentido. Estes dados poderão ser explicados pelo facto de que as CA mistas e de pequena dimensão serem mais ajustadas para responder às necessidades das crianças/jovens, por se constituírem como contextos que se aproximam mais do tipo familiar, permitindo uma relação mais próxima entre a criança e o cuidador e possibilitando uma intervenção terapêutica de qualidade (Bravo & Del Valle, 2009b).

Através da análise da dimensão CE do ARQUA-P concluiu-se que não existem correlações significativas entre a avaliação desta dimensão e a idade da criança/jovem ou o tempo de acolhimento, tendo sido encontradas apenas diferenças marginalmente significativas entre o grupo das crianças e dos jovens, revelando que os jovens fazem uma avaliação das CE menos positiva do que as crianças. Estes resultados podem ser explicados pelo facto de os jovens, à medida que crescem, se tornarem mais críticos e mais conscientes relativamente ao seu contexto (Bravo & Del Valle, 2001).

A dimensão CE avaliada pelas crianças/jovens mostrou ter uma correlação significativa e positiva com a QT da CA, bem como com a avaliação feita pelos observadores relativamente à QT. A qualidade do AR e o desenvolvimento integral da criança/jovem são potenciados por uma intervenção orientada por práticas educativas ajustadas às necessidades das crianças/jovens (Anglin, 2004; Bravo & Del Valle, 2009b).

Assumindo a importância da dimensão CE na avaliação da qualidade, torna-se importante referir que o uso de CE deve ser adequado e construtivo, bem como regulamentado, para que se sigam critérios uniformes entre a equipa de cuidadores (Del Valle et al., 2012). Como mostra a literatura, é essencial que sejam estabelecidas relações de vinculação seguras entre os cuidadores e as crianças/jovens, capazes de garantir o cumprimento dos direitos e fornecer as ferramentas necessárias para um desenvolvimento integral destas crianças/jovens, que lhes permita uma transição para a vida adulta com sucesso (Mota & Matos, 2015).

Por fim, os resultados indicaram também a existência de diferenças estatisticamente significativas entre a perceção das crianças/jovens e observadores relativamente à adequação das CE, tendo as crianças/jovens avaliado de forma mais positiva do que os observadores. Este resultado pode estar relacionado com o conhecimento que os observadores apresentam, resultante da sua prática e experiência da investigação, com base nos *standards* internacionais de qualidade (Del Valle et al., 2012), permitindo ter uma visão mais completa e consequentemente mais exigente. Da mesma forma, o desconhecimento por parte das crianças/jovens relativamente aos seus próprios direitos, assim como a sua história de vida, muitas vezes pautada por esta violação dos direitos, faz com que normalizem estas experiências.

5. Conclusão e Implicações para a Prática

Este estudo apresenta como mais-valia o seu carácter inovador, uma vez que se observou escassez de estudos sobre as estratégias educativas utilizadas pelos cuidadores de AR com o intuito de controlar o comportamento das crianças/jovens, bem como pelo facto de se considerar a criança/jovem como principal interveniente em todo o processo. Apesar de as crianças/jovens percecionarem níveis mais elevados de qualidade nas CA do que os observadores (Bravo & Del Valle, 2001; O'Neill, 2008), são elas quem melhor pode avaliar se se sentem seguras, protegidas e se os seus direitos são ou não respeitados, uma vez que são elas que vivem em AR (Bravo & Del Valle, 2009a).

O AR deverá constituir-se como um espaço seguro e protetor, capaz de colmatar as necessidades específicas de cada criança/jovem (Carvalho, 2013). Porém, a literatura tem vindo a mostrar que nem sempre o AR se rege por práticas educativas que respeitam os direitos das crianças/jovens (Uliando & Mellor, 2012). Estes dados foram corroborados pelo presente estudo, mostrando que as crianças/jovens que foram retiradas

às suas famílias por estarem expostas a situações de perigo, continuam, por vezes, a ser submetidas a situações de risco pelos cuidadores em contexto de AR que têm a responsabilidade de os proteger. A perpetuação destes maus-tratos diminui a perceção de segurança, estabilidade e bem-estar da criança (Uliando & Mellor, 2012). Assim, quanto maior a intensidade e a duração da experiência de maus-tratos, mais prejudiciais serão as consequências, que se podem manifestar a nível emocional, comportamental e social (Sousa & Cruz, 2016; Levy & Reuven, 2017).

Para que um acolhimento seja de qualidade é fundamental que as CA sejam de pequena dimensão, permitindo a criação de um ambiente familiar, possibilitando a construção de relações afetivas, que respondam às necessidades específicas das crianças/jovens, assegurando o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Bravo & Del Valle, 2009a). É esperado que as CA sejam o reflexo de um ambiente familiar que muitas destas crianças/jovens nunca conheceram, e que permitam, principalmente àquelas que não poderão voltar aos seus ambientes familiares, criar novas perspetivas, capazes de contrariar a realidade que conhecem.

Adicionalmente, torna-se fulcral que os cuidadores tenham (ou venham a ter) formação específica na área do AR, particularmente na compreensão e gestão de comportamentos das crianças/jovens, promovendo práticas educativas ajustadas (Anglin, 2002; Vulliamy & Sullivan, 2000). A falta de formação específica dos cuidadores e a ausência de um perfil adequado para trabalhar com estas crianças/jovens, leva a que estes não saibam como intervir em situações críticas, acabando por utilizar estratégias educativas desadequadas e que violam os direitos das crianças, sendo este facto punível por Lei (Colton, 2002). Estes comportamentos por parte dos cuidadores, refletem e reforçam a ausência de formação específica dos profissionais que trabalham nesta área, revelando-se urgente não só a implementação e a obrigatoriedade desta formação como também a reformulação do processo de recrutamento, uma vez que parece não ser suficiente para descartar pessoas que são prejudiciais para estas crianças/jovens. White e colaboradores (2015) refere que muitas vezes as situações de maltrato poderiam ser evitadas se o processo de recrutamento fosse mais rigoroso e existissem avaliações adequadas, já que muitas vezes existem informações ou indicadores que são reveladoras de risco para as crianças/jovens.

Adicionalmente a esta necessidade de formação dos cuidadores, é urgente educar as crianças/jovens para os seus direitos, dotando-as do conhecimento necessário e de ferramentas para que mais facilmente reportem eventuais situações que estejam a colocar

em causa a sua segurança. O facto de a maioria das crianças/jovens não saber entrar em contacto com entidades ou técnicos responsáveis em matéria de infância e juventude, impede que tenham oportunidade de expor situações estejam a colocar em causa a sua segurança e bem-estar.

A um nível mais amplo, é essencial que as casas tenham um acompanhamento próximo das Entidades Tutelares, bem como mecanismos de supervisão externa com o intuito de se promover avaliações frequentes relativamente à qualidade da sua intervenção e no sentido de existir um controle e um acompanhamento próximo à equipa de cuidadores e às casas onde estas crianças/jovens são colocadas. Esta escassez de avaliações relativamente à qualidade das CA, e consequente integração de crianças/jovens em CA que não se revelam totalmente adequadas e seguras, coloca em causa o “superior interesse da criança”, sendo este facto também uma forma de maltrato. A sobrecarga de casos atribuídos a cada técnico e a ausência de visitas frequentes das equipas responsáveis por estas crianças/jovens às CA, compromete este trabalho próximo e profícuo.

Finalmente, este estudo vem reforçar a importância de se privilegiar o Acolhimento Familiar, ao invés do AR (Holmes et al., 2018), já que a existência de problemas comportamentais e emocionais nas crianças/jovens acolhidas torna a gestão comportamental mais complexa (Calheiros, 2015), complexidade esta que seria melhor respondida caso a criança/jovem estivesse a viver no seio de uma família de acolhimento, ao invés de se encontrar numa CA com um número elevado de jovens com problemáticas muito diversificadas e complexas.

6. Bibliografia

- Anglin, J. P. (2002). *Pain, normality and the struggle for congruence*. Binghamton, New York: Haworth Press
- Anglin, J. P. (2004). Creating “well-functioning” residential care and defining its place in a system of care. *Child & Youth Care Forum*, 33(3), 175-192. doi: 10.1023/B:CCAR.0000029689.70611.0f
- Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009a). Crisis y revisión del acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 42-52.
- Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009b). *Intervención Socioeducativa en Acogimiento Residencial*. Santander: Gobierno de Cantabria (Colección documentos técnicos).
- Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences* (vol. 10, pp. 6963-6970). New York: Elsevier.
- Calheiros, M. (2015). A vinculação e o acolhimento familiar. In P. Delgado, M. Araújo, J. Palacios, & J. Del Valle (Eds.), *Acolhimento Familiar de Crianças – Pelo direito a crescer numa família* (pp. 33-35). Porto: Mundos de Vida.
- Calheiros, M. M., & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies* 23(3). doi: 461-474. 10.1007/s10826-012-9702-1
- Carvalho, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2ª ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Colton, M. (2002). Factors associated with abuse in Residential Child Care Institutions. *Children & Society*, 16, 33-44. doi: 10.1002/CHI.683
- Costa, S., & Cruz, O. (2012). Atitudes e estilos educativos parentais em mães de crianças com processo de promoção e proteção. *Revista AMAzônica*, 3(1), 310-337.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

- Del Valle, J. F., Bravo, A., Martínez, H., & Santos, I. S. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Holmes, L., Connolly, C., Mortimer, E., & Hevesi, R. (2018). Residential group care as a last resort: challenging the rhetoric. *Residential Treatment for Children & Youth*, 35(3), 209–224. doi:10.1080/0886571x.2018.1455562
- IBM Corp. Released. (2015). *IBM SPSS Statistics for Windows, Version 24.0*. Armonk, New York, NY: Author.
- Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP; 2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação do Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS, IP.
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling*. New York, NY: Guilford.
- Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (2006). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Edição Instituto da Segurança Social, I.P.
- Lei nº 142/2015 de 8 de Setembro – Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei nº147/99 de 1 de setembro. Lisboa: Diário da República.
- Levy, I., & Reuven, Y. (2017). Predicting punitive disciplinary techniques among juvenile care workers based on ethnicity, nationality, religiosity and belief in a just world. *Child Youth Care Forum*, 46, 519-537. doi: 10.1007/s10566-017-9393-2
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2015). Caregivers' attachment and mental health: effects on perceived bond in institutional care. *Professional Psychology: Research and Practice*, 47(2), 110-119. doi: 10.1037/pro0000047
- O'Neill, T. (2008). Gender matters in residential child care. In A. J. Kendrick (ed.), *Residential child care: Prospects and challenges* (pp. 93-106). London/Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.
- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-22.
- Rodrigues, S. Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2015). *ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial*

Português©. Registo 2650/2015. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Inspeção-Geral das Atividades Culturais - Direção de Serviços de Propriedade Intelectual.

- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharme, M., & Del Valle, J. F. (2014). Quality of residential care system of children in Portugal: Preliminary results from a comprehensive assessment. In C. Pracana (ed.), *InPact International Psychological Applications Conference and Trends 2014 Proceedings* (pp. 36-40). Porto: InPact
- Silva, I. S., & Gaspar, M. F. (2014). The challenge of improving positive residential care practices: Evidence from staff experiences in Portugal. *International Journal of Child and Family Welfare*, 15(1/2), 92-109.
- Sousa, M. L. de, & Cruz, O. (2016). A relação entre as representações acerca das figuras parentais e as competências sociais em crianças maltratadas e não maltratadas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2). doi:10.1590/0102-3772e322224
- Uliando, A., & Mellor, D. (2012). Maltreatment of children in out-of-home care: A review of associated factors and outcomes. *Children and Youth Services Review*, 34(12), 2280–2286. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.08.003
- Vulliamy, A. P., & Sullivan, R. (2000). Reporting child abuse: pediatricians' experiences with the child protection system. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1461-1470. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00199-X.
- van IJzendoorn, M. H., Palacios, J., Sonuga-Barke, E. J. S., Gunnar, M. R., Vorria, P., & McCall, R. B., Juffer, F. (2011). *Children in institutional care: delayed development and resilience. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 8–30. doi:10.1111/j.1540-5834.2011.00626.x
- White, C., Gibb, J., Graham, B., Thornton, A., Hingley, S., & Mortimer, E. (2015). *Training and developing staff in children's homes: Research Report*. Department of Education. ISBN: 978-1-78105-450-5
- Woodhouse, S., Miah, A., & Rutter, M. (2017). A new look at the supposed risks of early institutional rearing. *Psychological Medicine*, 48(01), 1–10. doi:10.1017/s0033291717001507

Tabela 1. *Categorias emergentes relativas às estratégias educativas relatadas pelas crianças/jovens*

Categorias	Excertos
Privação Alimentar	<p>“Não comer” (P2);</p> <p>“Temos de ser nós a pedir para guardar a comida, senão não comemos” (P1);</p> <p>“Não comer se chegar atrasado” (P5);</p> <p>“Não comer se chegar a casa 20 minutos atrasado sem motivo” (P12);</p> <p>“Não se janta” (P52);</p> <p>“Ir para a cama sem jantar” (P58);</p> <p>“Comer só sopa, ir para a cama sem jantar” (P55);</p> <p>“Se não comermos tudo ficamos sem reforço” (P57);</p> <p>“Comer só sopa” (P61);</p> <p>“A comida é reduzida” (P65);</p> <p>“Ir direto para a cama sem jantar” (P80);</p> <p>“Não dar jantar ou lanche” (P111);</p> <p>“Se for grave não podemos comer, temos só sopa” (P115);</p> <p>“Privação de comida fora de horas e mesmo dentro de horas” (P145);</p> <p>“Ficar sem segundo prato” (P160);</p> <p>“Fico trancado no quarto sem lanchar” (P99).</p>
Punição Física	<p>“Palmada na cara” (P32)</p> <p>“Bater” (P112);</p> <p>“Fui agredido por um monitor, deu-me um murro na boca” (P110);</p> <p>“Puxões de orelhas” (P201);</p> <p>“Banhos de água fria” (P206);</p> <p>“A irmã X bate” (P206);</p> <p>“Bater, aconteceu a outros jovens, não a mim” (P212);</p> <p>“Puxões de orelhas e estalos” (P233);</p> <p>“Já vi bater a outros” (P293);</p> <p>“Mandaram contra as paredes” (P297);</p>

	<p>“Espetar com a cabeça na parede” (P297);</p> <p>“Palmada quando me porto muito, muito mal” (P98).</p>
	<p>“Berram, gritam” (P32);</p> <p>“Ameaçam que não podemos ir a casa” (P36);</p> <p>“Ser expulsa cá de casa” (P41);</p> <p>“Ameaçar expulsar” (P42);</p> <p>“Ir para outra casa ou sair mesmo porque já tem 18 anos” (P84);</p> <p>“Chamar a polícia” (P110);</p> <p>“Risco de não ir à visita de estudo” (P142);</p>
Maltrato verbal	<p>“Temos 5 minutos para fumar as 21h senão ficamos com consequências” (P144);</p> <p>“Ser expulsa” (P189);</p> <p>“Não ir a casa tantas vezes como íamos, nunca aconteceu, mas elas disseram” (P199);</p> <p>“Mandam bocas, criticam-nos” (P237);</p> <p>“Metem-me na rua” (P250);</p> <p>“Castigos coletivos” (P260);</p> <p>“Pedir desculpa” (P117).</p>
	<p>“Proibir idas a casa” (P4);</p> <p>“Tirar benefícios extras como ir a casa” (P9);</p> <p>“Não ter visitas” (P20);</p> <p>“Ficar sem visitas ou não ir a casa” (P16);</p> <p>“Não ir de férias a casa” (P22);</p> <p>“Proibir visitas porque falei mal para uma irmã” (P50);</p>
Privação contatos familiares	<p>“Tiram os fins de semana de ir a casa” (P60);</p> <p>“Proibir de ir ter com a família” (P114);</p> <p>“Antigamente proibiam de ir a casa durante um mês, atualmente ficar sem ir a casa só em casos mesmo extremos” (P133);</p> <p>“A nova lei aqui em casa é quem se porta mal fica proibido de ir a casa aos fins de semana” (P144);</p> <p>“Ficar sem idas a casa por causa dos exames” (P145);</p>

	<p>“Não ligar aos pais” (P149);</p> <p>“Não deixam usar também o de casa para contactar a família” (P164);</p> <p>“Proibir de ir a casa no Natal por causa das notas e do comportamento” (P230);</p> <p>“Semanas sem ir a casa” (P301).</p>
Privação dos contatos sociais	<p>“Não sair de casa” (P2);</p> <p>“Não sair com os amigos” (P6);</p> <p>“Sem saídas ao fim de semana (...)” (P25);</p> <p>“Ficar sem saídas com os amigos” (P93);</p> <p>“Não ir à rua” (P111);</p> <p>“Não posso sair da instituição” (P142);</p> <p>“Ficar sem autorização de saída” (P106);</p> <p>“Ficar sem ver a namorada” (P177);</p> <p>“Não puder sair durante uma semana” (P273);</p> <p>“Semanas sem sair” (P301).</p>
Isolamento/Privação de liberdade	<p>“Mandam para um dormitório isoladas no quarto das irmãs quando se está de castigo por discutir com as irmãs ou com o grupo; este castigo é muito usado” (P46);</p> <p>“se forem duas meninas a portarem-se mal ficam em quartos separados, ficam lá até as irmãs quererem” (P46);</p> <p>“Fazer as refeições isoladas” (P46);</p> <p>“Mudar de quarto” (P53);</p> <p>“Comer no fim, depois de todos” (P54);</p> <p>“Ficar no quarto até à hora de jantar” (P73);</p> <p>“Ficar o dia todo no refeitório” (P96);</p> <p>“Ficar fechado no refeitório sem atividades durante um mês” (P97);</p> <p>“Ficar fechadas no quarto durante um mês por ser malcriada, só saía para comer, escola e casa de banho” (P148);</p> <p>“Não poder ir à sala” (P149);</p> <p>“Ficar no quarto de castigo, fazer lá as refeições” (P149);</p>

Sobrecarga exagerada de tarefas	“Ficar de castigo no quarto e só sair para tomar banho” (P153);
	“Ficar de castigo no quarto durante uma semana” (P155);
	“Não vamos para a sala de televisão” (P198);
	“Não falar com as meninas” (P247);
	“Comer numa mesa sozinha” (P247);
	“se for muito grave é ficar no quarto o dia todo, só sair para almoçar e jantar” (P280);
	“Ficar no quarto de banho, sentado com a luz desligada e com a porta fechada” (P96);
	“Ficar no quarto de banho sentado no tampo da sanita” (P104);
	“Ficar fechado no quarto” (P299);
	“Ficar no quarto às escuras” (P99).
	“Lavar a louça durante um mês” (P8);
	“Fazer o refeitório sozinho” (P40);
	“Fazer o refeitório todo sozinha” (P49);
	“Limpar o CAT sozinhos” (P62);
	“Há uma cuidadora que mandou um menino de 7 anos lavar o chão, esta cuidadora manda arrumar a casa, limpar o chão, aspirar” (P71);
	“Fazer as tarefas todas” (P83);
	“Escrever mil vezes uma frase” (P184);
	“Se não cumprirmos as tarefas fazemos a semana toda as tarefas” (P171);
	“Fazer copa durante um mês” (P194);
	“Fazer a cozinha sozinha, refeitório sozinha, fazer as escadas todas sozinha” (P232);
	“Ação educativa, fazer refeitório, copa e cozinha, uma destas divisões fazemos sozinhas durante uma ou duas semanas” (P233);
	“Fazer copa, refeitório ou cozinha, até dois meses” (P239);
	“Varres claustros, limpar os vídeos do claustro” (P246);

	“Quatro horas de trabalho de campo” (P268).
Retirada total dinheiro de bolso	“Ficar sem semanada” (P17); “Tiram metade da mesada ou toda” (P40); “Começar a não receber dinheiro” (P114); “Em caso de berros também ficamos sem semanada” (P145); “Retirar a semanada na totalidade” (P295).
Apropriação de bens pessoais	“Ficar sem o que mais gostamos” (P17); “Ficar sem telemóvel” (P27); “Ficar um mês sem telemóvel” (P204); “Ficar sem o desporto, só se eu gostar muito” (P210); “Fico sem a coluna que me deram” (P246); “Tiram o telemóvel à entrada” (P253); “Meses sem telemóvel” (P301); “Ficar sem brinquedos” (P105).
Retirada de privilégios	“Ficar sem TV” (P11); “Ir para a cama mais cedo” (P11); “Não ir ver televisão, nem ir brincar” (P33); “Ficar sem vídeo jogos” (P35); “Ir para o quarto mais cedo” (P38); “Ir para a cama depois do jantar” (P54); “Deitar mais cedo” (P69); “Não ver o filme” (P80); “Ficar sem Facebook” (P148); “Ficar sem jogar à bola” (P178); “Levar cotação menos, se levar três menos retiram um euro da mesada” (P188); “Ficar sem PC” (P207); “Ficar sem computador, tablet e telemóvel” (P211); “Descer de nível” (P266).
Acréscimo de tarefas	“Tratar da loiça” (P1); “Ficar na copa” (P13); “Mais limpezas” (P24); “Ficar a fazer refeitório” (P25);

	<p>“Limpar portadas” (P40);</p> <p>“Limpar o WC” (P45);</p> <p>“Ficar na cozinha, lavar a loiça, limpar, cozinhar” (P45);</p> <p>“Estudar mais um bocado” (P44);</p> <p>“Fazer as obrigações das outras” (P50);</p> <p>“Esfregar o chão” (P50);</p> <p>“Lavar a roupa à mão” (P59);</p> <p>“Fazer ficha” (P72);</p> <p>“Fazer cópias” (P73);</p> <p>“Limpar o jardim” (P137);</p> <p>“Por a mesa” (P138);</p> <p>“Ajudar na limpeza da casa” (P138).</p>
Time Out	<p>“Ir arejar a cabeça” (P128);</p> <p>“Ficar no quarto durante os minutos dos anos” (P132);</p> <p>“Ir para a cadeira da reflexão” (P240);</p> <p>“Ir para o banco no corredor sozinha, pensar na maldade que se fez” (P245).</p>
Retirada de atividades extracurriculares	<p>“Não fazer as atividades” (P34);</p> <p>“Sem saídas para atividades fora de casa” (P20);</p> <p>“Ficar sem atividades” (P82);</p> <p>“Não inscrever em atividades” (P113);</p> <p>“Deixar de ir ao futebol” (P154);</p> <p>“Os primeiros oito é que vão às atividades” (P274).</p>